COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 7.771, DE 2014

Reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre os serviços de administração de dietas enteral e parenteral.

Autor: Deputado ALEXANDRE LEITE

Relator: Deputado MISAEL VARELLA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.771, de 2014, do Deputado Alexandre Leite, busca reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre os serviços de administração de dietas enteral e parenteral.

Na justificação, o autor alegou que muitos pacientes hospitalizados têm dificuldade de manter um estado nutricional adequado. Afirmou, também, que 30% deles tornam-se desnutridos nas primeiras 48 horas de internação e 45% até o sétimo dia.

Acrescentou que um dos efeitos da desnutrição é a perda de massa magra, que eleva o risco de infecção, diminui a cicatrização e aumenta o risco de mortalidade – o que gera um índice mais alto de complicações cirúrgicas, mortalidade e períodos de internação mais longos. Por isso, concluiu, de acordo com estimativas, que cada R\$ 1,00 investido em terapia nutricional enteral gera a economia total de R\$ 4,13.

Ressaltou que, para evitar esse quadro, as equipes de saúde multidisciplinares recorrem à terapia nutricional, em que dietas para fins

especiais são administradas por nutrição enteral (através da boca, sonda nasal e ostomias) ou parenteral (via intravenosa).

Informou, ainda, que a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, e que, dessa maneira, é um contrassenso o Estado tributar a prestação de serviços de administração de dieta enteral e parenteral.

Por fim, salientou que as alíquotas de IPI incidentes sobre esses serviços já se reduziram a zero, e que o Congresso Nacional não pode intervir nos impostos de competência estadual e municipal, e, assim, apenas as contribuições sociais (PIS/PASEP e Cofins) podem ser reduzidas pelo legislador federal. Diante disso, solicitou a aprovação do projeto, para a geração de economia para a população e para o Sistema Único de Saúde.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, das Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) a apreciação, quanto ao mérito, no que tange ao direito à saúde e ao sistema público de saúde, do Projeto de Lei nº 7.771, de 2014, do Deputado Alexandre Leite.

Sob o prisma sanitário, mecanismos que desonerem os estabelecimentos de saúde são de grande valia para o aumento da disponibilidade financeira para investimento em áreas prioritárias. Quando se trata de instituições públicas e filantrópicas, esse assunto se avulta em importância.

Prova disso é que, nos dias atuais, o equilíbrio econômico do Sistema Único de Saúde (SUS) está em situação preocupante. O investimento insuficiente de recursos nos serviços de saúde tem ensejado deterioração da estrutura das unidades existentes, com redução de leitos e da oferta de exames diagnósticos e desestímulo à abertura de novas instituições - além da redução do número de equipes de saúde.

Apesar de sua importância para a saúde dos cidadãos brasileiros, tanto os hospitais públicos como as entidades filantrópicas estão sendo submetidos a restrições orçamentárias. De acordo com artigo publicado no Estadão de 13 de maio deste ano, dados da Organização Mundial de Saúde apontam que o governo brasileiro destina por ano à saúde de cada cidadão menos do que a média mundial.

Dessa maneira, muitas instituições que prestam atendimento de saúde pelo SUS, como as Santas Casas, estão endividadas, situação que, em alguns casos, é tão grave, que tem levado ao encerramento de suas atividades. Isso acaba por deixar parcela da população desassistida, o que ofende a garantia de acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde da Constituição Federal de 1988.

No âmbito da assistência privada à saúde, os mecanismos de desoneração também são estimados, pois ensejam a redução dos custos dos tratamentos e o aumento da acessibilidade a esses serviços. De acordo com publicação da revista do Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, volume 11, nº 2, de abril a junho de 2013, “o custo da internação hospitalar aumenta em cerca de 68% em pacientes mal nutridos, em função do maior tempo de internação, dos maiores gastos com medicações para tratar complicações (principalmente infecciosas) e também do maior custo de suporte nutricional para tratar a desnutrição instalada”.

Se não bastassem as vantagens financeiras da desoneração, é importante deixar claro que o uso das dietas enterais e parenterais é importante como alternativa de administração de nutrientes a pacientes impossibilitados de ingerir ou digerir alimentos eficientemente, para evitar a desnutrição, que tem efeitos negativos tanto em indivíduos saudáveis como em pessoas com comorbidades.

De acordo com estudo promovido por pesquisadores da Universidade de Northwestern, em Chicago, Estados Unidos, pessoas

saudáveis que perdem de 15% a 20% do peso já apresentaram declínios significativos das medidas de aptidão física. Já as perdas de peso superiores a 25% podem desenvolver alterações de tamanho e função cardíaca, além da possibilidade de haver comprometimento da função gastrointestinal, atrofia da mucosa do intestino delgado e aumento da permeabilidade intestinal. Com isso tudo, a função imune dos indivíduos é alterada, aumentando a sua suscetibilidade à infecção.

Diante desses argumentos, fica claro que a redução das alíquotas de contribuição incidentes sobre os serviços de nutrição enteral e parenteral é importante para a diminuição do custo dessa prática, que pode prevenir diversas intercorrências nos períodos de internação. Por esse motivo, o projeto merece aprovação.

No entanto, temos de alertar que a Comissão de Seguridade Social e Família analisa apenas o mérito da proposição. Dessa maneira, informamos que a análise da adequação financeira da proposta cabe à Comissão de Finanças e Tributação, que aferirá se ela está em conformidade com o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), que estabelece os critérios para que seja efetuada a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Ainda no que tange à competências estranhas à CSSF, ressaltamos que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania também vai analisar esta proposição, minuciosamente, nas questões ligadas à iniciativa, mas desde já informamos que o Supremo Tribunal Federal possui o entendimento pacificado no sentido de que se admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. Dessa maneira, a propositura deste Projeto por parlamentar, s.m.j. **não** ofende a Constituição Federal de 1988.

Diante de todo o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.771, de 2014, do Deputado Alexandre Leite.

Sala da Comissão, em   de   de 2015.

Deputado MISAEL VARELLA
Relator